

VI Semana Internacional de Pedagogia

“Pedagogia em MovimentoUS: Aproximações entre Universidade e Sociedade”



II Encontro Estadual de Educação em Prisões de Alagoas

I Seminário de Educação em Prisões de Alagoas

“Educação de pessoas em privação de liberdade: Embates, Políticas Públicas e Práticas Educacionais”

De 10 a 14 de Dezembro de 2018 - Campus A. C. Simões/UFAL - Maceió/AL - Brasil

ISSN: 1981 - 3031

A EDUCAÇÃO INFANTIL NO PENEDO: UM ESTUDO DA REDE PÚBLICA MUNICIPAL

Meiriane Ferreira Bezerra Santos¹ - UFAL

RESUMO

O estudo trata de uma pesquisa de avaliação diagnóstica da rede pública municipal de educação infantil a ser realizada no município de Penedo, cidade localizada no estado de Alagoas, conhecida pelo seu importante patrimônio histórico e arquitetônico. Considerando a escassez de pesquisas no estado, nas quais sejam investigadas as redes públicas municipais de educação, a presente pesquisa torna-se relevante por contribuir para o conhecimento sobre como se constitui e se organiza hodiernamente e especificamente na cidade do Penedo a rede municipal de educação infantil, de modo a subsidiar futuras ações na área. O objetivo é caracterizá-la no que tange a política educacional e as práticas implementadas, tendo como eixos norteadores os marcos regulatórios da educação infantil, traduzidos pelos documentos oficiais no Brasil. Para tal, o estudo deve contar com a pesquisa exploratória e a pesquisa descritiva quanto aos seus fins, nas quais, respectivamente, serão realizadas uma pesquisa bibliográfica e uma pesquisa de campo, valendo-se ainda das abordagens qualitativas e quantitativas.

PALAVRAS-CHAVE: Educação Infantil. Penedo. Rede Pública Municipal.

1 INTRODUÇÃO

A história recente da educação infantil no país nos remete ao lugar da conquista dos direitos das crianças, vislumbrados a partir da Promulgação da Constituição Federal da República de 1988, da aprovação da Lei de Diretrizes e Bases da

¹ Mestranda pelo Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal de Alagoas Especialista em Pedagogia Organizacional e Gestão de Recursos Humanos. Professora do Núcleo de Desenvolvimento Infantil da Universidade Federal de Alagoas. E-mail: me-irianeferreira1@hotmail.com

Educação Nacional de 1996 e do Estatuto da Criança e do Adolescente em 1990. Estes dispositivos reverberaram em profundas transformações na organização do atendimento às crianças brasileiras; redefinindo, redesenhando e reconfigurando um novo papel à educação infantil no país. Esta afirmação pode ser corroborada ao analisar a redação dada à Constituição Federal de 1988, ao tratar pela primeira vez o atendimento às crianças no capítulo destinado à educação, enfatizando que tal atendimento se dará em creches e pré-escolas. Outro argumento que endossa o exposto, encontra-se registrado na Lei 9.394/96 no seu art. 29 ao situar à educação infantil como a primeira etapa da educação básica. Nota-se, portanto, que tais mecanismos jurídicos implicam em transformações de cunho político e organizacional aos sistemas de ensino, especialmente aos sistemas públicos municipais, já que a estes são atribuídos a responsabilidade pela educação infantil. Depreende-se ainda, que as alterações legais substanciadas na Constituição Federal e na Lei 9.394/96, acabam por implicar na necessidade de elaboração de outros dispositivos legais que garantam a absorção pelo setor da educação do atendimento à criança e assegure fontes de financiamento para atender esta nova demanda. Neste sentido, cria-se outro dispositivo legal, por meio da Lei 11.496 de 20 de junho de 2007, que trata do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica (FUNDEB), substituindo a Lei 9.424 de 24 de dezembro de 1996 que trata do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério (FUNDEF). O FUNDEB constitui-se como mecanismo de viabilização das novas proposições legais relacionadas a área da educação infantil ao estabelecer alíquotas específicas a serem destinadas a primeira etapa da educação básica, possivelmente possibilitando a manutenção dos serviços pelo setor da educação. Relacionados aos marcos regulatórios ora citados, identifica-se um fenômeno de transição quanto a responsabilização pelo atendimento à primeira infância que a princípio e geralmente eram ofertados via secretaria de assistência social, e, com a aprovação do FUNDEB, passam a ser ofertados pelas secretarias de educação dos municípios. Assim sendo, resta-nos conhecer como se reorganizou as redes ou sistemas municipais de educação infantil, considerando os marcos legais e seus desdobramentos. Deste modo, o estudo ora proposto pode representar um elemento que colabore no conhecimento e reconhecimento de uma rede pública de educação infantil, tanto para os órgãos que têm operacionalizado tal sistema, tanto quanto para as instituições de

educação infantil em funcionamento no município; seus profissionais, comunidade escolar e todos os sujeitos que desejarem pensar a educação pública ofertada às crianças.

Considerando a inexistência de pesquisas sistematizadas e concluídas no estado de Alagoas relacionadas às redes públicas municipais de educação infantil, e, ainda, a importância que tais estudos trariam para o avanço da área nas realidades locais, a presente pesquisa pretende responder a seguinte questão: Como se caracteriza a rede pública municipal de educação infantil na cidade de Penedo na atualidade, na perspectiva de sua política educacional e das práticas implementadas? Assim, a pesquisa pretende caracterizar a rede pública de educação infantil no município de Penedo, situado no estado de Alagoas, com intuito de conhecer a realidade atual, considerando os aspectos da política implementada e do seu programa, articulando-os com os marcos regulatórios, os indicadores de qualidade, as diretrizes e orientações curriculares para a educação infantil no Brasil. Assim sendo, esta pesquisa tem como objetivo geral analisar a literatura pertinente no que tange a qualidade da educação infantil a partir da constituição dos marcos regulatórios e dos documentos oficiais da área; estabelece também como objetivos secundários, a descrição da rede municipal de educação infantil quanto aos aspectos de sua estrutura física e organizacional (instituições existentes, quantitativo de pessoal, dados de matrícula, etc.); a compreensão das práticas pedagógicas desenvolvidas nas instituições; a identificação dos principais problemas, potencialidades e experiências positivas, e, ainda, o relato da situação atual da educação infantil no município a partir dos marcos regulatórios e do debate sobre a qualidade na educação infantil.

2 MATERIAIS E MÉTODOS

Para efetivação desta pesquisa caracterizada por uma avaliação diagnóstica da rede pública municipal de educação infantil, pretende-se lançar mão da pesquisa exploratória e da pesquisa descritiva. Na realização da pesquisa exploratória, denominada de primeira etapa, utilizar-se-á a pesquisa bibliográfica que comporá o referencial teórico, com intuito de fundamentar e fomentar a interpretação dos dados.

Para tal, buscaremos fundamentação em livros que abordam a temática em estudo, artigos científicos, periódicos, leis e diretrizes, teses, dissertações e outras produções científicas que tratem sobre a educação infantil, com ênfase nos seus marcos regulatórios, sua organização política e prática e no debate sobre qualidade nesta etapa específica da educação básica. Quanto a realização da pesquisa descritiva, considerada como a segunda etapa, lançar-se-á mão, quanto aos meios, da pesquisa de campo. Nesta segunda etapa será dado um enfoque na abordagem quantitativa e qualitativa, utilizando-se da estratégia transformadora sequencial. Na etapa quantitativa será utilizada base de dados que possibilitem o conhecimento de dados gerais quanto à educação infantil no município. Para tal, será acessado o último Censo Demográfico realizado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), bem como as informações contidas no último Censo Escolar – organizado por órgão do Ministério da Educação (MEC), a saber, pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP). Pretende-se levantar as seguintes informações nas bases de dados citadas: população geral do município, população na faixa etária de 0 a 5 anos e onze meses, sexo, cor ou raça, nível de instrução, taxa de analfabetismo, renda média mensal, taxa bruta de natalidade e mortalidade infantil, quantitativo de instituições e turmas de educação infantil, matrícula atual da Educação Infantil, quantitativo de docentes, auxiliares e coordenadores pedagógicos atuando na área. Complementarmente, será aplicado um questionário e uma entrevista que deverá ser respondido por técnicos da secretaria municipal de educação, especialmente por técnicos que atuem especificamente na educação infantil.

Na etapa qualitativa será levada em consideração duas dimensões: a política educacional do município e o programa implementado, com ênfase na compreensão da prática pedagógica vivenciada coletivamente em instituições próprias de educação infantil ou em que nelas funcionem turmas de crianças na faixa etária específica da primeira etapa da educação básica. Com o objetivo de conhecer mais profundamente as práticas pedagógicas desenvolvidas nas instituições de educação infantil (creches e/ou pré-escolas), será organizada uma amostra com composição de seis unidades de educação infantil, três situadas geograficamente em territórios rurais e três na zona urbana. Para tal, faremos uso da técnica de observação guiada por meio de roteiro específico, de modo que sejam verificadas as situações pedagógicas transcorridas no cotidiano das salas de educação infantil e em espaços externos às salas de atividades.

Dentre os blocos temáticos que constam no roteiro de observação, há um específico sobre a educação infantil no campo, o qual só deverá ser utilizado na situação em que a unidade esteja localizada em território rural. Esta etapa contará ainda com a utilização de registros fotográficos que documentarão às unidades de educação infantil quanto à estrutura física e a organização de seus espaços e ambientes, e, ainda, com a utilização de diários de campo onde deverão ser registradas as situações pedagógicas observadas. Será utilizada também entrevistas com um professor da rede, um auxiliar e um coordenador ou gestor de cada unidade de educação infantil que compõe a amostra. Para eleição de tais profissionais da unidade, será levado em consideração como primeiro critério o maior tempo de atuação na área e em caso de empate entre os prováveis sujeitos a participarem da pesquisa, será utilizado como segundo critério a maior titulação dentre os profissionais de cada unidade de educação infantil. As entrevistas serão feitas por blocos temáticos e serão gravadas com auxílio de equipamento apropriado para este fim (vídeo-gravador ou aparelho telefônico). Quanto ao último objetivo elencado neste projeto, o qual trata de identificar os principais problemas, potencialidades e experiências positivas, pretende-se verificar tais elementos à medida que as entrevistas sejam realizadas e procedida a análise e a interpretação dos dados, tomando por base ainda a observação in loco realizada e as respostas obtidas a partir, especialmente, dos blocos relacionados à temática descrita.

O estudo deverá se estruturar quanto a análise dos dados considerando os aspectos mencionados por Haddad (2006), de modo que sejam investigados e relacionados os dados obtidos com os elementos relacionados à política de educação infantil (responsabilidade administrativa, organização das instituições, população alvo, faixa etária e tipos de financiamento) e os aspectos quanto ao programa de educação infantil do município (tipos de instituição, contexto educativo, abordagem pedagógica adotada, perfil dos profissionais e relacionamento e participação das famílias). Também subsidiará esta análise, outros autores que tratam da qualidade na educação infantil, a exemplo de Zabalza (1998). A análise dos dados coletados deverá ainda, apoiar-se em documentos oficiais que regem a Educação Infantil no Brasil, a saber, as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil, os Indicadores de Qualidade para a Educação Infantil e os Parâmetros Básicos de Infraestrutura para Instituições de Educação Infantil. Assim, cabe enfatizar que o questionário e as

entrevistas utilizadas constarão de blocos temáticos específicos que contemplem tais aspectos. Deste modo, a pesquisa que ora trata da Educação Infantil no Penedo, ao proceder a coleta de dados quantitativos e qualitativos realizados sequencialmente, deverá primar pela integração dos dois tipos de dados durante o processo de análise e interpretação dos mesmos.

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A pesquisa retoma a análise dos marcos regulatórios da educação infantil, subsidiada pela discussão em torno da qualidade social, no sentido de conduzir o olhar para dois caminhos; um olhar que observe o caminho da efetivação das políticas educacionais para a área e outro que consiga enxergar o que acontece nas práticas pedagógicas, apreendendo o desenrolar das ações desenvolvidas em nível local e as situações pedagógicas que de fato e com tal singeleza e força, certamente incidem no cotidiano e na vida de tantas crianças e de suas famílias no município de Penedo.

REFERÊNCIAS

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil: promulgada em 5 de outubro de 1988**. Brasília: Congresso Nacional, 1988.

_____. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. Brasília: Congresso Nacional, 1996.

_____. Lei 8.069 de 13 de julho de 1990. **Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências**, 1990.

_____. Lei 11.494 de 20 de 2007. **Regulamenta o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação- FUNDEB**, 2007.

_____. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. **Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil** /Secretaria de Educação Básica. – Brasília : MEC, SEB, 2010.

_____. Ministério da Educação. **Política Nacional de Educação Infantil**. MEC/SEF/COEDI, 2006.

_____. **Resolução nº 6 de 24 de abril de 2007**. Estabelece as orientações e diretrizes para execução e assistência financeira suplementar ao Programa Nacional

de Reestruturação e Aquisição de Equipamentos para a Rede Escolar Pública de Educação Infantil - PROINFÂNCIA.

_____. **Congresso Nacional. Lei nº 12.796 de 04 de abril de 2013.** Altera a Lei 9.394 de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para dispor sobre a formação dos profissionais da educação e dar outras providências.

_____. **Orientações sobre a Transição da educação infantil financiada com recursos da Assistência Social para a educação.** Ministério do Desenvolvimento Social e combate à fome. 2008.

_____. **Indicadores da Qualidade na Educação Infantil.** Ministério da Educação/ Secretaria da Educação Básica – Brasília: MEC/SEB, 2009.

_____. **Parâmetros Básicos de Infraestrutura para instituições de educação infantil.** Brasília: MEC/SEB, 2006.

CAMPOS, M. M. A legislação, as políticas nacionais de educação infantil e a realidade: encontros e desafios. In: MACHADO, M. L. A. (Org.). **Encontros e desencontros em educação infantil.** São Paulo: Cortez, 2002.

CAMPOS, M. M.; FULGRAF J.; WIGGERS, V. A qualidade da Educação Infantil brasileira: alguns resultados de pesquisa. **Cadernos de Pesquisa**, v. 36, n. 127, p87 – 128, jan/2006.

CRESWELL, J. W. **Projeto de pesquisa: métodos qualitativo, quantitativo e misto.** Tradução Luciana de Oliveira da Rocha. 2ª ed. Porto Alegre: Artmed, 2007.

CURY, C.R.J. **Educação e Contradição: elementos metodológicos para uma teoria crítica do fenômeno educativo.** São Paulo: Cortez- Autores associados, 1995.

DOURADO, L. F; OLIVEIRA, J. F. de; SANTOS, C. de A. **Qualidade da educação: conceitos e definições.** Brasília: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, 2007.

GAMBOA, S. S. **Pesquisa em educação: métodos e epistemologias.** Chapecó: Argos, 2007.

HADDAD, L. Políticas integradas de educação e cuidado infantil: desafios, armadilhas e possibilidades. **Cadernos de Pesquisa**, v. 36, n. 129, set./dez. 2006.

_____. A trajetória da educação infantil em quatro ciclos. In: Maria Elizabete S. P. Xavier. (Org.). **Questões de Educação Escolar.** 1ed.Campinas, SP: Alínea, 2007, v, p. 119-136.

MOSS, P. **Reconceitualizando a infância: crianças, instituições e profissionais.** v.36, n.129, p.519-46, dez. 2006.

NUNES, M. F. R. **Educação infantil no Brasil: primeira etapa da educação básica** / Maria Fernanda Rezende Nunes; Patrícia Corsino e Vital Didonet. – Brasília :UNESCO, Ministério da Educação/Secretaria de Educação Básica, Fundação Orsa, 2011.

OLIVEIRA, Z. R. de. **Educação Infantil: fundamentos e métodos**. São Paulo: Cortez, 2002.

PALHARES, M. S. (Org.). **Educação infantil pós-LDB: rumos e desafios**. 2.ed. Campinas: Autores Associados, 2000. p.19-49. (Polêmica do nosso tempo, 62).

ROSEMBERG, F. Organizações Multilaterais, Estado e Políticas de Educação Infantil. **Cadernos de Pesquisa**, n. 115, p. 23 - 65/ março/ 2002.

_____. Políticas públicas e qualidade da Educação Infantil. Apresentação no II Encontro Estadual do Proinfância Bahia MEC-UFBA, **A Educação Infantil no Estado da Bahia: os desafios estão postos! E o que estamos fazendo?** Salvador, 28 de março de 2014.

ROSEMBER, F.; ARTES, A. C. **O rural e o urbano na oferta de Educação Infantil para crianças de até 6 anos**. In: BARBOSA, Maria Carmen Silveira (Org.). Oferta demanda de Educação Infantil no campo. Porto Alegre: Evangraf, 2012, v.1, p. 7-331.

ROSSETTI-FERREIRA, M. C.; RAMON, F.; SILVA, A. P. S. Políticas de atendimento à criança pequena nos países em desenvolvimento. **Cadernos de Pesquisa**. São Paulo, n.115, p. 65-100, 2002.

ZABALZA, M. A. **Qualidade em educação infantil**. Tradução Beatriz Affonso Neves. Porto Alegre: Artmed, 1998.